

Gazeta do Estado



Cidades

Aparecida inaugura novo Fórum Cível e de Família

Página 2



Divulgação/Sesc

Página 3

Aulão gratuito prepara estudantes para o Enem em Goiânia

A atividade é realizada pelo Sesc Goiás e pela FacUnicamps e integra as ações de preparação para a reta final do exame.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Página 6

Local de votação ainda pode mudar; consulte de novo antes de ir à urna

TREs alertam para verificar em sites oficiais ou no e-Título

Segurança

Operação reforça segurança em Anápolis

O Governo de Goiás iniciou nesta quarta-feira (21), em Anápolis, a Operação Vis Civitatis, com cerca de 250 agentes das polícias Militar, Civil e Penal. A ação segue até sábado (24) e prevê reforço do policiamento, atividades de inteligência e localização de foragidos da Justiça. Participam equipes especializadas, como o Grupo Tático 3, o Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Policiais Especiais, além do Comando de Operações de Cerrado. A estrutura conta também com apoio aéreo de helicóptero. A Polícia Penal atua na transferência de custodiados e na redistribuição da população carcerária. Segundo o secretário de Segurança Pública, Renato Brum, os levantamentos de inteligência começaram antes do lançamento oficial. A operação será suspensa no domingo (25) por causa da legislação eleitoral, conforme informou o governo estadual.

Eleições

Trabalhador tem direito a se ausentar para votar sem desconto no salário

Página 3



Joédson Alves/Agência Brasil

Economia

Participação de Anápolis no ICMS volta a crescer

Anápolis terá aumento de 2,15% no índice de participação na distribuição do ICMS em 2027, ante 2026. A previsão é receber cerca de R\$ 8 milhões a mais, chegando a R\$ 368 milhões.

O resultado foi aprovado pelo Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios (Coíndice/ICMS) e representa a primeira alta do município em seis anos.

O crescimento industrial e a abertura de empresas contribuíram para o avanço.

O número de novos negócios passou de 4.423 em 2024 para 5.003 em 2025, alta de 13,1%.

A movimentação econômica da indústria também cresceu no período, de R\$ 9,37 bilhões para R\$ 12,47 bilhões.

Entre os destaques está a montadora CAO A, cuja movimentação econômica passou de R\$ 281,5 milhões para R\$ 2,2 bilhões.

PARTICIPAÇÃO

Anápolis registrou crescimento superior ao de Senador Canedo, que teve alta de 1,77%, e ao de Aparecida de Goiânia, com 1,10%.

Goiânia apresentou redução de 3,52% no índice, enquanto Rio Verde teve queda de 0,75%.

O cálculo da participação dos municípios considera, principalmente, a atividade econômica registrada em cada cidade.

O Valor Adicionado Fiscal (VAF), que mede a riqueza gerada pelas empresas, responde por 70% da definição do índice.

Segundo a Prefeitura, a Diretoria da Receita Municipal também atua no acompanhamento das informações fiscais para verificar o correto registro das atividades econômicas realizadas no município.

RECURSOS

Com a ampliação da participação de Anápolis, a expectativa é de aumento dos recursos disponíveis para áreas como saúde, educação, infraestrutura e outros serviços públicos.

Os índices definitivos foram aprovados após a análise de 295 recursos apresentados por 61 municípios contra os resultados provisórios divulgados em agosto.

Os novos percentuais serão publicados no Diário Oficial do Estado e entram em vigor em 1º de janeiro de 2027.



/Divulgação/Codégo

Cidades

Aparecida inaugura novo Fórum Cível e de Família

Unidade reúne varas cíveis, de Família e da Fazenda Pública e amplia estrutura do Judiciário no município

/Redação

Aparecida de Goiânia inaugurou o novo Fórum Cível e de Família, no Jardim Maria Inês. A unidade amplia a estrutura do Poder Judiciário no município e passa a concentrar serviços das áreas cível, de Família e da Fazenda Pública.

Com a entrega, Aparecida passa a contar com três fóruns: o Criminal, o dos Juizados, na região do Garavelo, e a nova unidade.

Segundo o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), o prédio foi planejado a partir de estudos sobre o crescimento populacional e a demanda processual da comarca.

A estrutura conta com sistemas de captação de água e geração de energia solar, além de ambientes destinados ao atendimento de magistrados, servidores, advogados e usuários dos serviços judiciais.

“Essa é uma obra muito importante para o bom funcionamento do Poder Judiciário. Vamos oferecer melhores condições de trabalho aos magistrados, magistradas e servidores e, principalmente, melhores condições de atendimento à população”, afirmou o presidente do TJ-GO, desembargador Leandro Crispim.

A diretora do Foro da



/Rodrigo Estrela

Comarca de Aparecida de Goiânia, juíza Vanessa Rios Seabra, destacou a concentração de diferentes serviços no mesmo espaço.

“É um ambiente moderno, amplo e funcional, que reúne em um só lugar as varas cíveis, a Fazenda Pública e as varas de Família”, afirmou.

HISTÓRICO

A área utilizada para a construção do fórum foi doada ao Poder Judiciário

durante a gestão do ex-prefeito Maguito Vilela.

O prefeito Leandro Vilela afirmou que a nova estrutura também deve contribuir para a ocupação e valorização da região do Jardim Maria Inês.

“Uma obra dessa magnitude não representa apenas a ampliação dos serviços da Justiça. Ela também impulsiona o crescimento da cidade, valoriza toda essa região e atrai novos investimentos”, disse.

EQUIPAMENTOS

Durante a inauguração, o governador Daniel Vilela anunciou a construção de um novo batalhão da Polícia Militar em Aparecida de Goiânia.

Segundo ele, a atual estrutura da corporação no município precisa ser substituída.

Também foi anunciada a construção de um parque público nas proximidades do novo fórum, em uma área atualmente utilizada

pela Saneago.

De acordo com o governador, o projeto para o espaço foi elaborado há mais de dez anos e prevê a implantação de uma área de lazer e convivência.

“Nós vamos fazer aqui, nas proximidades do fórum, o maior parque da Região Metropolitana de Goiânia”, afirmou.

As obras do batalhão e do parque ainda dependem das etapas necessárias para implantação dos projetos.



/Rodrigo Estrela

Eleições

Trabalhador tem direito a se ausentar para votar sem desconto no salário

Mesários e convocados pela Justiça Eleitoral também

/Redação

Trabalhadore escalados para atuar no dia do segundo turno das eleições têm direito a se ausentar pelo tempo necessário para votar, sem desconto no salário ou exigência de compensação das horas utilizadas.

A regra vale para profissionais de setores que mantêm atividades no dia da votação, como saúde, segurança, comércio e serviços.

Segundo a advogada trabalhista Rithelly Euni-
lia Cabral, o empregador deve organizar a jornada de modo a permitir que o trabalhador exerça o direito ao voto.

“O fato de o trabalhador estar escalado para trabalhar no dia da eleição não retira dele o direito de votar. Da mesma forma, quem é convocado para prestar serviço à Justiça Eleitoral não pode ter prejuízo em sua remuneração ou em outras vantagens decorrentes do vínculo de trabalho”, explica.

Não há um período fixo previamente estabelecido para a ausência. O tempo deve ser suficiente para o deslocamento até a seção eleitoral, a votação e o retorno ao trabalho, considerando fatores como distância, trânsito e filas.

A mesma proteção vale para quem trabalha em uma cidade e vota em outra.

MESÁRIOS

Quem é convocado para atuar como mesário, no apoio logístico, nas juntas



/Joédson Alves/Agência Brasil

eleitorais ou em outras atividades determinadas pela Justiça Eleitoral tem direito a dois dias de folga para cada dia de convocação.

A regra também vale para o treinamento. Cada dia de preparação concluído garante outros dois dias de folga.

Quem atuar nos dois turnos terá, em princípio, quatro dias de folga referentes aos dias de votação, além das folgas correspondentes ao treinamento.

O benefício deve ser concedido sem redução de salário, vencimento ou outras vantagens decorrentes do vínculo de trabalho.

Nos casos de trabalhadores em regime de plantão, as folgas devem recair sobre dias em que haveria jornada normal e

não sobre períodos que já seriam destinados ao descanso.

“As folgas são um direito e devem ser efetivamente usufruídas, não podendo simplesmente ser substituídas por pagamento em dinheiro”, afirma Rithelly.

USO DAS FOLGAS

As folgas não precisam ser concedidas imediatamente após as eleições e podem ser utilizadas posteriormente, em período acertado entre trabalhador e empregador.

A comprovação da participação é feita por meio da Declaração de Trabalhos Eleitorais, que informa os dias de atuação e o total de folgas a que o trabalhador tem direito.

Além das folgas, mesários

os e pessoas convocadas para apoio logístico têm direito a auxílio-alimentação de R\$ 65 por turno de atuação nas Eleições 2026.

A participação também pode ser utilizada como critério de desempate em concursos públicos, quando houver previsão no edital, e como atividade extracurricular em instituições de ensino conveniadas.

DIREITO AO VOTO

Empresas que funcionarem no dia da votação devem garantir condições para que os funcionários compareçam às urnas.

O período utilizado para votar não pode resultar em desconto salarial nem em obrigação de compensação posterior das horas.

Também não é permit-

ido organizar a jornada de forma que impeça ou dificulte o comparecimento do trabalhador à seção eleitoral.

“Não se trata de conceder ao trabalhador um período livre sem qualquer relação com o exercício do voto. O que a legislação protege é o tempo necessário para que ele consiga se deslocar, votar e retornar ao trabalho”, afirma a advogada.

A orientação é que empresas organizem previamente as escalas e que os trabalhadores comuniquem com antecedência a necessidade de ausência ou apresentem, quando necessário, os documentos que comprovem convocação para atividades eleitorais.



/Rodrigo Gonçalves

Empreendedorismo

Sancionada lei que amplia teto e perdoa dívidas de MEIs

Foi sancionada nesta quarta-feira (21) a lei que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) com a União e amplia o limite de faturamento da categoria. A medida integra o pacote Próspera MEI.

O perdão abrange débitos tributários federais inscritos ou não na Dívida Ativa da União até 13 de outubro de 2026, incluindo multas, juros e encargos. Será automático a partir de 1º de janeiro de 2027. Para manter o benefício, o empreendedor deverá pagar em dia as guias mensais do DAS nos seis meses seguintes.

A remissão inclui saldos de parcelamentos, mas não permite devolver valores já pagos. Quem contesta as dívidas na Justiça deverá desistir das ações para obter a baixa definitiva.

O teto anual de faturamento passará de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Também será permitida a contratação de até dois empregados, em lugar de um. O teto estava sem atualização desde 2018.

De acordo com a Secom, mais de 3,6 milhões de microempreendedores poderão ser beneficiados pelo perdão de mais de R\$ 18,7 bilhões em dívidas.

Educação

Aulão gratuito prepara estudantes para o Enem em Goiânia

Estudantes do 3º ano do Ensino Médio poderão participar, no dia 28 de outubro, de um aulão gratuito de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em Goiânia.

O Aulão Nota 1000 será realizado a partir das 8h, no Teatro da FacUnicamps, e é aberto a alunos de escolas públicas e privadas de Goiás.

A programação será dividida em dois períodos. Pela manhã, os conteúdos serão voltados para Língua e Ciências Humanas. À tarde, a revisão terá foco

em Ciências da Natureza e Matemática.

Além da revisão de conteúdos, os professores deverão abordar estratégias para organização do tempo durante a prova e responder dúvidas dos participantes.

A atividade é realizada pelo Sesc Goiás e pela FacUnicamps e integra as ações de preparação para a reta final do exame.

“Tudo que foi estudado ao longo do ano será revisado nesse dia, por isso é uma ótima oportunidade ao aluno que deseja fortalecer seus conhecimentos e se sentir mais seguro para fazer a prova”, afirma o presidente do Sistema

Fecomércio Sesc Senac, Marcelo Baiocchi Carneiro.

PROGRAMAÇÃO

As atividades começam às 8h30, com Educação Física. Na sequência, serão abordados conteúdos de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Inglês, Literatura, Gramática e Redação.

No período da tarde, a programação prevê atividades voltadas a Ciências da Natureza e Matemática, além de dinâmicas e desafios.

O encerramento está previsto para as 15h25.

ENEM 2026

As provas do Enem serão

aplicadas nos dias 8 e 15 de novembro.

No primeiro dia, os candidatos responderão às questões de Língagens e Ciências Humanas e farão a redação. No segundo, serão aplicadas as provas de Ciências da Natureza e Matemática.

Cada área terá 45 questões objetivas.

As notas do exame podem ser utilizadas em processos de seleção para o ensino superior, como Sisu, Prouni e Fies, além de seleções próprias de instituições de ensino.

A divulgação do resultado individual está prevista para meados de janeiro de 2027.

Saúde

SUS começa a oferecer nove novos medicamentos contra o câncer

Tratamentos atendem 13 indicações oncológicas

/Redação

O Ministério da Saúde começou a oferecer nesta semana nove novos medicamentos para o tratamento de diferentes tipos de câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Os fármacos atendem 13 indicações, entre elas câncer de mama, próstata, pulmão, rim, estômago, tireoide, leucemias e linfomas. A previsão é beneficiar mais de 116 mil pacientes.

A disponibilização começa em 20 centros de tratamento distribuídos pelas cinco regiões do país, incluindo unidades em Goiás. A expectativa é ampliar a oferta para os demais centros até o fim do ano.

Entre os medicamentos estão abemaciclibe, indicado para determinados casos de câncer de mama, e pazopanibe, utilizado no tratamento de câncer renal metastático.

O trastuzumabe, que já é utilizado no SUS contra o câncer de mama, também passa a ser oferecido para pacientes com câncer de estômago ou da junção esofagogástrica.

Também integram a lista acetato de lanreotida, rituximabe, abiraterona, gefitinibe, alfatirotopina e sunitinibe.

O investimento anual



/Fernando Frazão/Agência Brasil

previsto apenas para a aquisição dos nove medicamentos é de R\$ 155,4 milhões.

AMPLIAÇÃO

A expectativa do Ministério da Saúde é chegar a 23 novos medicamentos oncológicos disponíveis no SUS até o fim de 2026, o que representa ampliação de 35% nas alternativas de tratamento da rede pública.

Para viabilizar a oferta, o governo federal assumiu a compra e a negociação direta de dez medicamentos. Outros nove poderão ser adquiridos pelos estados por meio de ata de preços e, para quatro produtos, haverá aumento dos repasses aos serviços de oncologia.

O impacto estimado das medidas é de R\$ 4 bilhões por ano.

“Estamos garantindo o tratamento completo para

os pacientes oncológicos com indicação para o uso desses novos medicamentos de alto custo incluídos no SUS. O Ministério da Saúde já fez a aquisição ou transferiu o recurso para garantir esse acesso”, afirmou o diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Nilton Pereira Júnior, durante agenda no Hospital de Câncer Araújo Jorge, em Goiânia.

Segundo ele, mais de 200 mil pessoas deverão ser atendidas no país neste ano pelas medidas de ampliação da assistência oncológica.

CÂNCER DE INTESTINO

O SUS também começará a distribuir 400 mil testes imunológicos fecais para o rastreamento do câncer colorretal.

A implementação será gradual nas Unidades Básicas de Saúde, com início em novembro nas capitais e em municípios com mais de 500 mil habitantes.

O exame será utilizado como triagem para identificar pessoas que precisarão realizar colonoscopia para confirmação do diagnóstico.

A estratégia é voltada para homens e mulheres assintomáticos entre 50 e 75 anos. O teste identifica pequenas quantidades de sangue oculto nas fezes, que podem estar associadas a pólipos, lesões pré-cancerígenas ou câncer colorretal.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

O Ministério da Saúde também anunciou reajustes nos valores pagos por procedimentos de diagnóstico

e tratamento oncológico.

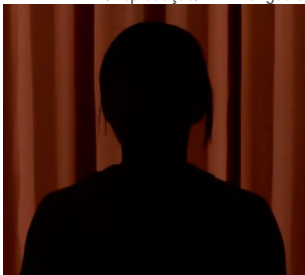
O recurso anual para iodoterapia no tratamento do câncer de tireoide passará de R\$ 5,2 milhões para R\$ 18 milhões, aumento de 246%.

Para medicamentos aplicados por via intravenosa, o repasse por procedimento será quatro vezes maior. No caso de medicamentos orais, o valor será duplicado.

Também haverá atualização dos valores de exames de anatomia patológica e de outros testes diagnósticos, incluindo sequenciamento genético e exames de biologia molecular.

A pasta informou ainda que criará um grupo de trabalho para elaborar uma linha de cuidado voltada ao retinoblastoma, câncer que afeta a retina e atinge principalmente crianças menores de 5 anos.

/Reprodução/TV Anhanguera



Decisão

Homem é condenado a indenizar ex-noiva no Tocantins

Imóvel da mulher foi usado como garantia de empréstimo de R\$ 150 mil

Um homem foi condenado pela 2ª Vara Cível de Palmas a pagar R\$ 456,4 mil à ex-noiva após usar a casa dela como garantia de um empréstimo de R\$ 150 mil com agiotas. A indenização inclui R\$ 406,4 mil por danos materiais e R\$ 50 mil por danos morais. Ainda cabe recurso.

Segundo a vítima, ele se apresentava como empresário do agronegócio e fazia promessas de casamento e negócios. Ela transferiu R\$ 136,4 mil ao então companheiro e precisou renegociar a dívida por R\$ 270 mil para evitar perder o imóvel.

A mulher relatou cobranças, ameaças, três meses longe de casa e um ano sem trabalhar. O homem alegou que ela assumiu voluntariamente os riscos do investimento.

A Justiça rejeitou o argumento e considerou que houve manipulação emocional e prejuízos que ultrapassaram os transtornos de um término. O nome do condenado não foi divulgado, o que impediu a identificação de sua defesa.

literanews EMI MARTINS emile@gazetadoestado.com.br

Livro analisa influência da religião nas eleições presidenciais brasileiras

A relação entre religião e política nas eleições presidenciais brasileiras é o tema de O Deus das Urnas: evangélicos e católicos em eleições presidenciais no Brasil, do sociólogo Alexandre Landim.

O livro percorre as disputas eleitorais realizadas entre 2010 e 2022 e analisa padrões de votação entre grupos religiosos, além do uso de referências à fé e a temas morais nas estratégias de candidatos à Presidência da República.

A obra aborda assuntos que ganharam espaço nas campanhas ao longo do período, como valores familiares, aborto, costumes e diferentes visões sobre o

papel do Estado.

Segundo a análise apresentada por Landim, a religião passou a ocupar posição mais relevante na definição das preferências eleitorais e nas estratégias adotadas pelos presidentiáveis.

COMPORTAMENTO ELEITORAL

O livro também acompanha mudanças no perfil religioso da população brasileira, com redução da participação dos católicos e crescimento do número de evangélicos.

A investigação aponta aumento da distância entre os dois grupos nas preferências eleitorais ao

longo da última década, movimento que ganhou força a partir de 2010.

A proposta é mostrar como a filiação religiosa passou a atuar, ao lado de fatores socioeconômicos e ideológicos, na decisão do voto.

Para desenvolver o estudo, Landim sistematizou mais de uma centena de pesquisas de opinião e também utilizou materiais de arquivos da imprensa.

A análise acompanha sucessivas eleições, em vez de se concentrar em episódios isolados, para observar mudanças no comportamento de igrejas, candidatos e eleitores ao longo de mais de dez anos.

AUTOR

Alexandre Landim é sociólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

O autor também realizou período de estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França, e é professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Landim pesquisa religiões no Brasil há mais de uma década e também publicou o romance De onde estou já fui embora, lançado em 2019.



ARTIGO

Extrema-direita bolsonarista e darwinismo social



MANOEL L. BEZERRA ROCHA
Advogado criminalista. Instagram: @manoellbezerra-rocha

Com a polarização política e a iminência de ser eleito um representante supremacista da extrema-direita no Brasil, um fenômeno social dá lugar sobre a imperativa reflexão política e seus corolários. E não trata-se, unicamente, da patética novidade política representada pela figura do “pobre de direita”. Se é certo que grupos sociais dominantes atuam pela preservação de seus privilégios em detrimento de classes sociais subjugadas, o que explica o fato de os subjugados idolatram os seus algozes e, mais que isso, defenderem os privilégios dos que os oprimem, culminando com a retirada de seus direitos inerentes à sua condição humana?

A partir de uma acepção darwinista, a seleção natural da espécie dá-se pela supremacia e afirmação do mais forte sobre os débeis. Essa concepção foi duramente criticada e refutada, por ser considerada racista, considerando que, em uma sociedade civilizada e socialmente inclusiva, dispondo dos meios políticos adequados, é possível transformar a realidade das pessoas menos abastadas e, desta forma, alcançarem ascensão social. Mas, há, no seio da natureza humana uma predileção pelo autoextermínio, uma forma de darwinismo social “voluntário” e que satisfaz aos desígnios da eugenia?

Em 1883, o primo de Charles Darwin, o cientista Francis Galton, criou o termo eugenia com a finalidade de, segundo ele, “aperfeiçoar a raça”. Posteriormente, o antropólogo francês Georges de

Lapouge publicou que, o sucesso social estava relacionado ao fato de pertencer a uma raça, e as raças eram desiguais. Para ele, sempre houve duas categorias de seres humanos: os intelectualmente superiores e os inferiores. Por sua vez, Darwin teria concordado com o seu primo Galton, afirmando que “nas nações mais civilizadas, comete-se o erro de contrariar o processo de eliminação pela seleção natural com a instituição de diversas formas de auxílio aos pobres, oferecendo hospitais para doentes, destinando recursos do estado para custear essas despesas, etc. Galton e Darwin teriam irritado-se com o empenho estatal de salvar a vida de pessoas que, pela “lei natural”, deveriam morrer ou salvarem-se por si mesmas.

Em “A Genealogia da Moral”, Friedrich Nietzsche, ao discorrer sobre “a moral do rebanho”, como sendo aquela que impede que os indivíduos desenvolvam a capacidade, e até mesmo a coragem, de criar os próprios valores, seguindo dogmas e crenças comuns que impedem que assumam a responsabilidade pela própria existência. Nesse ponto, a figura do indivíduo “pacato”, “humilde” deve ser vista com alguma dosagem de cautela e não ser confundida com o ignorante, o tosco, o ogro. Em uma sociedade violenta e egoísta, é comum ocorrer uma espécie de “terceirização” dos atos de execução da maldade coletiva. Há pessoas que se regozijam das violências perpetradas pelo braço da força estatal. Não raramente, como ocorre no Brasil, a sociedade aplaude a violência policial, exaltando a ação truculenta da polícia e anatemizando a vítima,

sem ter o menor conhecimento dos fatos nem suas circunstâncias ou se a vítima era ou não inocente.

É esse tipo de sociedade que, no espaço político, renega-se a si mesmo, numa passividade masoquista, projetando na maldade do seu opressor a plasmação de sua própria maldade reprimida, autocontida. Para essa classe de indivíduos, a sua maldade não é consequência de desigualdades sociais nem de supressão dos meios necessários ao seu desenvolvimento. Ela é idiossincrática. É exteriorização do caráter. Ainda que, ocasionalmente, tivesse assunção de classe social, levaria consigo a sua perversidade. A diferença é que, a partir de então, terá condições e os instrumentos próprios para executá-la por si mesmo.

Nos debates políticos que surgem na atual conjuntura eleitoral no Brasil, temos, de um lado, tentando a reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, um candidato democrático, humanista, nacionalista que defende a continuidade de suas políticas sociais inclusivas, disponibilizando moradias sociais, atendimento integral e gratuito à saúde, investimento na ciência, na tecnologia da inovação, na educação pública e gratuita, na soberania nacional, na assistência social. Por outro lado, um candidato racista, misógino, alinhado aos interesses de países estrangeiros, armamentista, defensor da degradação ambiental em prol do grande capital, anunciando que vai eliminar todas as conquistas sociais destinadas às pessoas pobres. Segundo ele, esses recursos devem ser direcionados aos interesses dos financistas, dos que exploram

as finanças públicas como os bancos e os anatocistas. O atual candidato à presidente da República, Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente preso por tentativa de golpe de estado e de tentativa de abolição do estado de direito, prega o desrespeito à Constituição do país, o rompimento com a normalidade constitucional e institucional e defende um governo autocrático e, por óbvio, autoritário.

Poderia ser óbvia a escolha política em um país com crônicas e históricas desigualdades sociais e com reiterados períodos autoritários. Todavia, a sociedade se divide e titubeia entre escolher a civilidade, o bem-estar social ou se o caos e o retrocesso.

Em uma democracia onde aquele que decidirá os rumos de um país e o de seu povo é eleito pelo voto da maioria, e se essa maioria votante só se torna maioria pela adesão de uma legião de desnorreados cognitivos, onde se justificaria a teoria do darwinismo social? Deveria permanecer o conformismo da classe social vencida ou a eugenia dos débeis sem consciência de classe, mas que foram imprescindíveis para a eleição do representante das classes sociais dominantes?

Durante uma reunião ministerial de uma estrutura governamental fascista e tirana, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando foi abordado um tema da pauta sobre o risco de uma insurreição social em decorrência do aumento da fome, da pobreza, da crise sanitária, etc., um dos ministros mais proeminentes, dirigindo-se à uma homóloga sua, teria vituperado: “O povo? Deixe o povo se foder”!



/Reprodução/Canva

Maçã cozida preserva fibras

O cozimento deixa a maçã mais macia e facilita a mastigação, sem eliminar suas fibras, embora possa reduzir nutrientes sensíveis ao calor, como a vitamina C. Segundo Diego Righi, professor de Nutrição da Afya Itaperuna, a pectina presente na fruta pode contribuir para o funcionamento intestinal. Os benefícios, porém, dependem da alimentação, da hidratação e da tolerância individual. A preparação não substitui tratamentos para problemas digestivos.

Agronegócio

Goiás abre segunda etapa da Declaração de Rebanho em novembro

/Redação

A segunda etapa da Declaração de Rebanho 2026 em Goiás será realizada entre 1º e 30 de novembro. O procedimento é obrigatório para produtores rurais que possuam animais e deve ser feito, preferencialmente, pelo Sistema de Defesa Agropecuária de Goiás (Sidago).

Devem ser informados os saldos de bovinos, bubalinos, equinos, muare, asininos, caprinos, ovinos, aves e suínos de subsistência, além de animais aquáticos e abelhas.

A declaração precisa considerar o número exato de animais por espécie, sexo e faixa etária, incluindo nascimentos, mortes e outras alterações ocorridas desde a última atualização.

Segundo a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), os dados são utilizados no planejamento das ações de defesa sanitária no estado.

“Os dados gerados pelas declarações proporcionam uma base sólida para o planejamento e a execução das nossas ações. Lá na frente isso se converte em maior sanidade para os nossos rebanhos, maior confiança dos mercados e maior desenvolvimento para o agronegócio goiano como um todo”, afirma o presidente da Agrodefesa, José Ricardo Caixeta Ramos.

TRÂNSITO DE ANIMAIS

A partir de 1º de novembro, ficará proibido o trânsito de animais quando

a propriedade de origem ou de destino não estiver com o rebanho declarado no Sidago.

A regra não se aplica a animais destinados ao abate. Leilões, feiras e exposições continuam permitidos, mas a movimentação dos animais dependerá da regularização da propriedade de destino.

As Guias de Trânsito Animal (GTAs) emitidas antes da nova etapa terão validade somente até 31 de outubro. Depois dessa data, a emissão de novas guias dependerá da conclusão da declaração.

“Sem a declaração concluída, o sistema não permite a emissão de GTA. Por isso, é importante não deixar para a última hora”, orienta o diretor de Defesa Agropecuária da Agrodefesa, Rafael Vieira.

ACESSO

O acesso ao Sidago deve ser feito com login e senha do titular da propriedade. O preenchimento por terceiros só é permitido quando houver cadastro como procurador.

Nos casos de espólio, a declaração deve ser feita presencialmente em uma unidade da Agrodefesa, com apresentação da documentação necessária.

Declarações enviadas por fax, correio, e-mail ou aplicativos de mensagens não serão aceitas.

O produtor que não cumprir as regras poderá ficar sujeito a sanções previstas na legislação, como multa e bloqueio da propriedade.

Meio Ambiente

Emissões líquidas do Brasil caem 9% e atingem menor nível desde 2012

O Brasil emitiu 1,41 bilhão de toneladas líquidas de dióxido de carbono equivalente em 2025, redução de 9% em relação ao ano anterior e menor volume desde 2012.

Os dados são da 14ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa, divulgada nesta quarta-feira (21) pelo Observatório do Clima.

Sem considerar a remoção de carbono pela vegetação secundária e pelas áreas protegidas, as

emissões somaram 2,06 bilhões de toneladas, queda de 6% ante 2024 e menor volume bruto desde 2018.

DESMATAMENTO

A queda do desmatamento foi o principal fator para a redução. As emissões brutas do setor de mudança de uso da terra passaram de 957 milhões para 814 milhões de toneladas, recuo de 15%.

As emissões líquidas caíram 48%, de 311 milhões para 162 milhões de toneladas, menor resultado da série histórica do setor. A

atividade respondeu por 39% das emissões brutas nacionais.

SETORES

A agropecuária emitiu 626 milhões de toneladas, queda de 0,1%, e respondeu por 30% do total.

Energia registrou alta de 1,2%, para 427 milhões de toneladas. Processos industriais e uso de produtos somaram 94 milhões, avanço de 0,2%. Resíduos tiveram a maior alta proporcional, de 3,6%, para 96 milhões.

Energia representou 21% das emissões, enquan-

to indústria e resíduos responderam por 5% cada.

META CLIMÁTICA

O país ficou 85 milhões de toneladas acima da meta de 2025, que previa limitar as emissões líquidas a 1,32 bilhão de toneladas.

Para 2030, a meta é reduzir o volume para uma faixa entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas. Segundo o coordenador do sistema, David Tsai, o cumprimento dependerá também da redução das emissões dos demais setores.

Flora Agro Negócio Ltda.
CNPJ/MF nº 10.616.781/0001-05 – NIRE 52.203.580.764
Extrato da Deliberação do Sócio Único sobre Redução do Capital Social
Em 20/10/2026, o sócio único da **Flora Agro Negócio Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.616.781/0001-05 e registrada na JUCEG sob o NIRE nº 52203580764, deliberou, por considerar o capital social excessivo em relação ao objeto e às necessidades operacionais da Sociedade, **reduzir o capital social de R\$ 9.903.193,00 para R\$ 9.354.610,00, mediante o cancelamento de 548.583 quotas,** com valor nominal de R\$ 1,00 cada, **nos termos dos arts. 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil.** A redução e a correspondente restituição somente se tornarão eficazes após o transcurso do prazo legal de 90 dias contado desta publicação, desde que não haja oposição de credor quirografário titular de crédito líquido anterior à publicação ou, havendo oposição, após o pagamento ou depósito judicial do respectivo crédito. Rio Verde/GO, 20/10/2026. **Sócio: Reonildo Daniel Prante**



/Talitha Nery/Dicom/DPE-GO

Justiça

Mulheres privadas de liberdade em Inhumas voltam a ter remição pela leitura

Decisão permite reduzir pena com literatura, escrita e saúde mental

Mulheres privadas de liberdade na Unidade Prisional Regional Feminina de Inhumas voltaram a ter acesso à remição de pena por meio da leitura e de atividades educativas, após cerca de três anos sem a aplicação efetiva do benefício.

A retomada foi reconhecida em decisão da Vara de Execução Penal da comarca, publicada em 15 de outubro.

As atividades serão desenvolvidas em parceria entre a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Polícia Penal.

Entre as ações estão o curso de extensão “Entre Penas e Palavras: encontros de literatura e escrita com mulheres privadas de liberdade”, rodas de conversa sobre saúde mental e bem-estar e a leitura de obras literárias acom-

panhada da produção de relatórios.

Segundo a Defensoria Pública, a remição pela leitura havia sido interrompida por falta de pessoal para corrigir os relatórios apresentados pelas detentas, etapa necessária para o reconhecimento da redução da pena.

CRITÉRIOS

A decisão estabelece que, no curso de literatura e escrita e nas rodas de conversa, será reconhecido um dia de remição a cada 12 horas de participação efetiva.

No caso da leitura, cada obra concluída poderá resultar em quatro dias de redução da pena, mediante apresentação de relatório.

O limite é de 12 livros por período de 12 meses, o que permite alcançar até 48 dias de remição pela leitura.

A Vara de Execução Penal considerou que as atividades estão de acordo com a Resolução nº 391 de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta a remição de pena por práticas sociais educativas e pela leitura.



/Divulgação

Geral

Doação de sangue de cães e gatos pode salvar animais em emergências

— Cães e gatos também podem doar sangue e ajudar no tratamento de outros animais. Na Medicina Veterinária, a transfusão é utilizada principalmente em situações de emergência, como acidentes, hemorragias, cirurgias e doenças que provocam anemias graves.

Apesar da importância do procedimento, a disponibilidade de sangue ainda pode ser limitada devido ao número reduzido de bancos veterinários e de animais cadastrados como doadores.

A coleta deve ser realizada em serviços preparados e com acompanhamento veterinário. Procedimentos clandestinos de coleta e comércio de sangue podem colocar em risco tanto o animal doador quanto aquele que receberá a transfusão.

“Não basta encontrar um doador. É fundamental garantir que o sangue seja seguro e compatível com o animal que vai recebê-lo. Esse cuidado é indispensável para reduzir os riscos e aumentar a segurança das transfusões”, afirma o médico-veterinário Otávio Valério.

COMPATIBILIDADE

Assim como os seres humanos, cães e gatos possuem diferentes tipos sanguíneos. Por isso, a tipagem e os testes de compatibilidade são necessários antes da transfusão.

Uma incompatibilidade pode provocar reações adversas graves. O hemograma também é utilizado para avaliar as condições de saúde do doador e do animal que receberá o sangue.

Outro cuidado é a investigação de doenças infecciosas que podem ser

transmitidas durante o procedimento.

Em cães, a avaliação pode incluir infecções como babesiose, erliquiose e leishmaniose. Nos gatos, a atenção se volta, entre outras doenças, para FIV, FeLV e infecções por hemoplasmas.

Alguns animais podem estar infectados sem apresentar sintomas, o que reforça a necessidade de exames laboratoriais antes da doação.

“Os exames laboratoriais desempenham um papel fundamental na avaliação dos animais doadores e receptores. A identificação de possíveis doenças infecciosas, a avaliação hematológica e a verificação da compatibilidade sanguínea contribuem para decisões clínicas mais seguras e para a redução dos riscos envolvidos no procedimento”, explica Valério.

DOADORES

Animais saudáveis que atendam aos critérios definidos pelo médico-veterinário podem ser incluídos como doadores.

A avaliação deve considerar as condições clínicas do animal, os exames necessários e os protocolos de segurança adotados pelo serviço responsável pela coleta.

Segundo Valério, ampliar a informação sobre a doação pode ajudar a aumentar o número de animais disponíveis para transfusões.

“Cães e gatos saudáveis, que atendam aos critérios veterinários para doação, podem contribuir para salvar outras vidas. Além da disponibilidade de sangue, é essencial que todo o processo seja conduzido com responsabilidade, segurança e respeito ao bem-estar animal”, afirma.

Política

Local de votação ainda pode mudar; consulte de novo antes de ir à urna

TREs alertam para verificar em sites oficiais ou no e-Título

/Agência Brasil

Mesmo que o eleitor tenha consultado o local de votação com antecedência, ele deve verificar novamente a informação no dia da eleição, no domingo (25), antes de sair de casa.

Outra dica é votar pela manhã, para ter mais tempo de se deslocar caso a seção eleitoral tenha mudado de lugar.

A Justiça Eleitoral tem alertado que o local das seções eleitorais pode mudar até o próximo domingo

(25), dia do segundo turno. Na última sexta-feira (17), chegava a 4 mil o número de seções alteradas após o primeiro turno, mas nova divulgação na segunda-feira (19) informou um número menor, de 444 seções.

“Até o dia da realização do segundo turno, cada um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais divulgará, por todos os meios de comunicação disponíveis, os locais de votação eventualmente modificados”, diz nota conjunta dos TREs.

ONDE CONFERIR O LOCAL DE VOTAÇÃO

O eleitor deve conferir o local de votação apenas nos canais oficiais da Justiça Eleitoral, seja no botão

“onde votar” do aplicativo e-Título, ou nos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos TREs.

Nos últimos dias, têm circulado diversas mensagens em grupos de WhatsApp ou nas redes sociais com links não oficiais sobre locais de votação que não são confiáveis.

O eleitor não deve consultar o local de votação em links que não sejam os oficiais da Justiça Eleitoral.

TRES EXPLICAM MUDANÇAS

Em nota conjunta, os TREs alegam que as mudanças nos locais de votação ocorrem apenas quando é “absolutamente necessário”

“Os motivos são sempre extraordinários e estão relacionados a situações climáticas extremas, problemas não identificados previamente nas estruturas dos prédios utilizados como locais de votação e questões de segurança pública”, diz nota dos presidentes dos 27 TREs do país.

Ainda segundo a nota do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), o TSE não tem ingerência sobre essas alterações.

ALTERAÇÕES CONFUNDEM ELEITOR

As mudanças nos locais de votação nos últimos dias podem confundir os eleitores, avaliou o advoga-

do especialista em direito eleitoral Alberto Rollo.

“Realmente, mudar de 4 mil para 400 seções modificadas é uma coisa esquisita, mas eu não vejo nenhum tipo de dolo [má-fé] para atrapalhar o eleitorado. Eu acho que é desencontro de informação”, explicou.

Rollo acrescentou que é comum ocorrerem mudanças excepcionais de locais de votação antes do pleito, devido a mudanças no clima ou na estrutura das escolas.

“Sempre lembrando que o Brasil é muito grande, então, pode ser que chova hoje no Sul ou no Norte, e a escola fica prejudicada para domingo. Com isso, é atualizada a informação,

mas vão ser algumas seções eleitorais, só em algumas escolas, e não baixar de 4 mil para 400”, acrescentou.

Ainda segundo o especialista, a Justiça Eleitoral não teria condição de informar as mudanças em local de votação individualmente, para cada eleitor, por causa dos cadastros, que não são completos, com e-mail ou número de telefone.

“Não daria para fazer a comunicação para essas pessoas individualmente. Mas a Justiça Eleitoral pode fazer essa comunicação via grande imprensa, colocar nos jornais de papel, colocar nas televisões abertas, nas rádios. Isso dá para melhorar”, concluiu.

